PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 238-B, DE 2016
(Da Sra. Luizianne Lins)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir as ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da Federação inadimplentes; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pela aprovação (relatora: DEP. MARIA DO ROSÁRIO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (relator: DEP. JÚLIO CESAR).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

I - RELATÓRIO

A Proposição em exame modifica o § 3º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal - que exclui das sanções de suspensão de transferências voluntárias as relativas a ações de educação, saúde e assistência social -, para incluir o combate à violência contra a mulher.

O Autor enfatiza a necessidade de intensificar as ações em defesa da mulher apesar dos avanços que já se verificaram, traduzidos principalmente pela Lei Maria da Penha. A iniciativa possibilitaria, por exemplo, a construção de equipamentos como centros de referência e casas-abrigo, sem o risco de interrupção de obras e serviços realizados pelos Estados e Municípios.

Na primeira etapa de tramitação, o Projeto foi aprovado unanimemente pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Nesta Comissão, serão apreciados os aspectos de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, e de mérito.

Na etapa subsequente, o exame caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A matéria tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do Plenário.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este órgão técnico, além do mérito, examinar a Proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual,

nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

O art. 1º, § 1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”, e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Em relação ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias, há compatibilidade com a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 – PPA 2016/2019 – e com a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 – LDO 2019 –, não havendo conflito com qualquer de suas disposições.

Além disso, do exame da matéria, não se identifica potencial impacto, direto ou indireto, sobre a receita e a despesa públicas da União. Seu caráter é eminentemente normativo, acrescentando nova ressalva à proibição de recebimento de transferências voluntárias por entes federados em situação de inadimplência. Portanto, apenas adiciona à educação, à saúde e à assistência social, exceções constantes do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as ações de combate à violência contra a mulher.

Quanto ao mérito, só se pode reforçar a posição já muito bem defendida pela Deputada Maria do Rosário, relatora do Projeto na Comissão que nos antecedeu. São números inaceitáveis os que ilustram as diversas formas de violência contra a mulher no Brasil, um dos campeões mundiais em feminicídios, estupros e outras formas de agressão física e moral. Seria inadmissível interromper ou deixar de realizar ações de combate a essas práticas que caracterizam uma cultura altamente preconceituosa e machista.

Como bem acentuou aquela Relatora, os recursos cujo fluxo se quer manter estão fortemente associados ao de outras ações que a própria legislação já exclui de qualquer sanção decorrente da inadimplência do ente beneficiário perante o transferidor.

Diante do exposto, e considerando a determinação do art. 9º da Norma Interna da CFT, de 29/5/1996, somos pela não implicação da matéria quanto ao aumento de despesa ou à diminuição da receita da União, não cabendo pronunciamento desta Comissão no tocante à sua adequação orçamentária e financeira, e no mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2016.

Sala da Comissão, em 7 de maio de 2019.

Deputado JÚLIO CESAR
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 238/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Júlio Cesar, contra os votos dos Deputados Eduardo Cury, Giovani Feltes, Rodrigo Coelho, Paulo Ganime e Alê Silva. O Deputado Paulo Ganime apresentou voto em separado.

Participaram da votação os Senhores Deputados:

Sergio Souza - Presidente, Giovani Feltes e Júlio Cesar - Vice-Presidentes, Afonso Florence, Alê Silva, Denis Bezerra, Elias Vaz, Enio Verri, Flavio Nogueira, Gil Cutrim, Hercílio Coelho Diniz, Luis Miranda, Mário Negromonte Jr., Otto Alencar Filho, Paulo Ganime, Rui Falcão, Ruy Carneiro, Sidney Leite, Walter Alves, Assis Carvalho, Chiquinho Brazão, Christino Aureo, Eduardo Cury, Evair Vieira de Melo e Rodrigo Coelho.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2019.

Deputado SERGIO SOUZA
Presidente

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PAULO GANIME

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2016, de autoria da Deputada Luizianne Lins, pretende modificar o § 3º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal - que exclui das sanções de suspensão de transferências voluntárias as relativas a ações de educação, saúde e assistência social -, para incluir o combate à violência contra a mulher.

De acordo com a autora, em sua justificativa, a flexibilização possibilitará maior oferta de recursos a entes subnacionais para que reforcem a sua atuação em ações de combate à violência contra a mulher, uma vez que os municípios e estados não podem receber transferências voluntárias com essa finalidade quando estão inadimplentes, por força do disposto na Lei Complementar 101, de 2000.

Nos termos regimentais, a proposição foi encaminhada para apreciação das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Finanças e Tributação, para exame do mérito e da adequação financeira; e de Comissão e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

A Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou o projeto em análise, sem alterações.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este órgão técnico, além do mérito, examinar a proposição quanto à sua compatibilidade e adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

O art. 1º, § 1º, da Norma Interna define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”, e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo

plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

Em relação ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, há compatibilidade com a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 – PPA 2016/2019 – e com a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 – LDO 2019 –, não havendo conflito com qualquer de suas disposições. Em razão de seu caráter eminentemente normativo, não se identificou potencial impacto, direto ou indireto, sobre a receita e a despesa públicas da União.

Quanto ao mérito, entendemos que flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal para possibilitar que municípios e estados inadimplentes recebam transferências voluntárias não é a forma mais adequada para combater a violência contra a mulher.

A continuidade na prestação de políticas de estado está diretamente relacionada à capacidade orçamentária do ente e ao seu equilíbrio fiscal intertemporal. A condicionante de adimplemento para receber recursos de outro ente federativo é um importante incentivo ao ente para que tenha prudência na gestão orçamentária e cumpra com os limites estabelecidos para as dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal. Resguardar esse preceito é, portanto, também defender a continuidade de políticas públicas, entre as quais se incluem as ações de combate à violência contra a mulher.

Por todo o exposto, quanto à admissibilidade, voto pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou despesas públicas, não cabendo assim, pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. Quanto ao mérito, conquanto reconheça os bons propósitos da iniciativa legislativa da nobre Deputada Luizianne Lins, voto pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 238, de 2016.

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 2019.

Deputado PAULO GANIME